

Auditoria na folha de pagamentos

MÁRIO COELHO E
GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

O governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, determinou a contratação de uma empresa de auditoria externa para investigar os altos salários do funcionalismo público. A idéia é fazer um levantamento completo em toda a folha salarial, junto com o trabalho feito pela Corregedoria do DF. "Pode até não ter irregularidades, mas pode haver distorções", afirmou Arruda. O secretário de Planejamento, Ricardo Penna, anunciará nos próximos dias o nome da empresa que fará a inspeção nos rendimentos dos servidores.

Além de contratar uma auditoria externa, o governo local decidiu ampliar a investigação para os inativos e para os cargos comissionados. A partir da denúncia de que 117 merendeiros receberam mais de R\$ 4 mil na folha de fevereiro, antecipada pelo *Correio* no sábado, a Corregedoria do Distrito Federal aumentou o alcance da inspeção na folha de pagamentos da capital do país. Outro caso que será detalhado pelo órgão é do Departamento de Trânsito (Detran). Um grupo de funcionários, após decisão judicial, recebe aumentos a cada cinco meses.

Inicialmente, foram alvo do levantamento os 29 mil servidores da Secretaria de Educação. "A partir de hoje, todos os 77 mil funcionários públicos serão investigados. Nós vamos averiguar, pois isso é a nossa função", afirmou o corregedor do DF, Roberto Giffoni. Para terminar o levantamento, a Corregedoria aguarda o envio de um relatório detalhado pela Secretaria de Educação de todos os salários. No documento, vai constar os contracheques completos dos merendeiros, além dos rendimentos de cada um em janeiro e fevereiro. "A intenção é passar tudo a limpo, para que não pareça dúvidas sobre os salários", comentou Giffoni. O corregedor do DF acrescentou que o trabalho feito até agora tem sido técnico, e que a função do órgão é acompanhar a gestão do Executivo.

A publicação da denúncia pelo *Correio* motivou a Secretaria

de Educação a lançar uma nota oficial na página do órgão na internet. Assinada pela coordenação de comunicação social, o texto diz que "assim que assumiu a Secretaria (...) Maria Helena Guimarães de Castro determinou que fossem feitos levantamentos em todas as áreas". Um dos levantamentos apontou que a média dos salários pagos aos servidores da carreira de assistência era praticamente igual à média dos salários dos professores. A dos merendeiros é de R\$ 3.425,80. A dos professores, de R\$ 3,5 mil.

Casa alugada

A merendeira Maria de Fátima Sampaio, 52 anos, é uma das servidoras identificadas com possíveis distorções salariais. Os dados da Secretaria de Educação apontam que ela recebe mensalmente R\$ 6.177,50. Está entre os 19 funcionários da categoria que ganham entre R\$ 6 mil e R\$ 7 mil. Ao ser procurada pelo *Correio*, porém, a mulher se assustou com o valor indicado pelo levantamento do GDF. O contracheque dela revela rendimentos de R\$ 3.168,25, calculados para 40 horas semanais de trabalho em nível C (a mais alta classificação para merendeiros, auxiliares de serviço geral e vigilantes).

Segundo Maria de Fátima, os vencimentos dela jamais ultrapassaram a barreira dos R\$ 6 mil. Nem mesmo em época de 13º salário, quando o contracheque da merendeira registrou R\$ 4,9 mil em fevereiro. "Nunca recebi isso em 17 anos de profissão. Quem me dera, afinal sustento a minha família quase sozinha", afirmou. Ela trabalha na Escola Classe 316 Norte, onde ganha tanto quanto a diretora. Mora numa casa alugada em Planaltina com os dois filhos e os três netos.

Segundo o secretário adjunto de Educação, José Luiz Valente, o caso agora está nas mãos da Corregedoria. Entretanto, ele afirmou que "é possível" que existam problemas na lista inicial. "Nós encontramos problemas e estamos trabalhando para corrigir todas as falhas que encontramos", disse.

COLABORARAM ERIKA KLINGL E
LILIAN TAHAN

Breno Fortes/CB - 5/1/07



“ A PARTIR DE HOJE, TODOS OS 77 MIL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SERÃO INVESTIGADOS. NÓS VAMOS AVERIGUAR, POIS ISSO É A NOSSA FUNÇÃO ”

Roberto Giffoni, corregedor do Distrito Federal

Distorção nos merendeiros

O Sindicato dos Auxiliares de Educação do Distrito Federal (SAE/DF) classificou como um "problema administrativo" as distorções salariais dos merendeiros. De acordo com Ricardo Vasconcelos, diretor do sindicato, os rendimentos da categoria podem parecer altos uma vez por ano. Exatamente na época de 13º salário (o GDF paga o benefício no mês de aniversário dos servidores), somado a gratificações como trabalho em áreas rurais. "Salários de R\$ 8 mil ou R\$ 13 mil por mês não existem. Isso faz com que os professores olhem os merendeiros com desconfiança", disse.

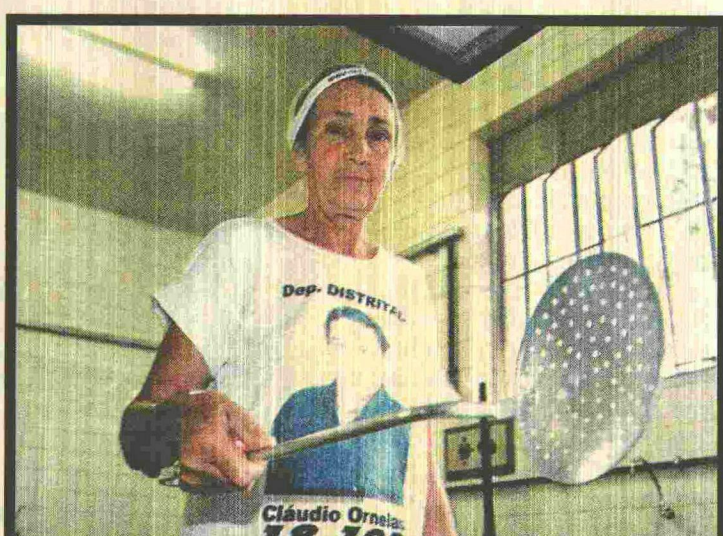
É o caso da servidora Ana Rodrigues Pereira da Silva Barros. Na lista, ela consta como funcionária ativa, com salário de R\$ 13.632,40. Entretanto, Ana se aposentou em fevereiro, e o dinheiro recebido foi fruto de licenças-prêmio não tiradas e outros benefícios.

A merendeira Helena Machado de Souza, 62 anos, por exemplo, está entre as três pessoas investigadas do Colégio Agrícola de Brasília, em Planaltina. Ela reconheceu os R\$ 4.291,84 discriminados no contracheque. O valor, no entanto, não entra na conta dela todos os meses. Ocorreu apenas em novembro de 2006, quando o governo creditou o 13º salário. "Ganhei isso só uma vez. O meu rendimento é de R\$ 3 mil mensais", revelou. Já Maria Auxiliadora Damasceno, funcionária da rede pública desde 1990, e que trabalha no Caic Professor Anísio Teixeira, em Ceilândia, considera que o salário da categoria é justo. "Nós merecemos, é fruto do nosso trabalho", comentou. (GG e MC)

Fotos: Breno Fortes/CB



MÁRIA DE FÁTIMA GARANTE QUE NUNCA RECEBEU R\$ 6.177,50 POR MÊS



HELENA GANHOU R\$ 4,2 MIL EM NOVEMBRO DE 2006: "FOI SÓ UMA VEZ"

Daniel Ferreira/CB



MARIA AUXILIADORA CONSIDERA JUSTO O SALÁRIO DOS MERENDEIROS